

# OS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE COMO CONSTRUCTOS SOCIAIS

Antonio José Barbosa de Oliveira\*

## RESUMO

Este artigo busca uma aproximação entre os campos da Memória Social, História e Educação. Consideramos os conceitos de educação, história, memória social e construções identitárias a partir de sua dimensão social, não deixando de considerar, entretanto, a importância das ações individuais como elementos estruturantes da realidade social. Entendemos que as identidades são produzidas nas (e pelas) ideologias. Procuramos também estreitar as relações entre os conceitos de história e memória, afastando-nos das relações dicotômicas que caracterizaram as correntes que se alinham às perspectivas estritamente individualizantes ou sociologizantes para a compreensão dos fenômenos sociais.

**Palavras-chaves:** História. Educação. Memória social. Identidade.

## ABSTRACT

This article attempts an approximation between the fields of Social Memory, History and Education. We consider the concept of education, history, social memory and identity construction from its social dimension, while considers, however, the importance of individual actions as structural elements of social reality. We consider that identities are produced in (and by) ideologies. We also seek to strengthen relations between the concepts of history and memory, moving away from dichotomous relationships that characterized the chains that align with the strictly individualistic or sociological perspectives for the understanding of the social phenomena.

**Keywords:** History. Education. Social Memory. Identity.

---

**Recebido em: abril/2012 – Aceito em: junho/2012**

\* Mestre em História Comparada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).  
E-mails: antoniojboliveira@uol.com.br; antoniojose@superest.ufrj.br.

## 1 Introdução

Em seus trabalhos que buscaram fundar a Sociologia como campo específico de conhecimento, Émile Durkheim dispensou à educação atenção especial para a compreensão dos fenômenos sociais, tendo em vista sua relevância diante da nova ordem que se configurava a partir da urbanização advinda da Revolução Industrial. Ao considerar que “a sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade” e que a “educação perpetua e reforça esta homogeneidade, fixando de antemão na alma da criança certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva”, Durkheim (1952, p. 31) fundamenta nossa ideia central, neste trabalho, de conceber a educação e o processo educativo como fenômenos socialmente construídos (podemos considerar tal afirmativa como um primeiro pressuposto teórico). Tal fenômeno é recorrente em todas as sociedades, mas assume características e formas diferenciadas em relação aos tempos históricos, bem como aos grupos sociais e instituições criadas pelas diversas coletividades. É nessa dimensão temporal e, sobretudo, relacional – social, que pretendemos desenvolver nossas reflexões sobre o campo educacional. A partir do fundador da Escola Sociológica Francesa, percebemos que,

[...] quando se estuda historicamente a maneira pela qual se formaram e se desenvolveram os sistemas de educação, percebe-se que eles dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado das indústrias etc. Separados de todas essas causas históricas, tornam-se incompreensíveis. Como, então, poderá um indivíduo pretender reconstruir, pelo esforço único de sua reflexão, aquilo que não é obra do pensamento individual? (DURKHEIM, 1952, p. 28).

Essa dimensão social, para os estudos da educação, é convergente com a abordagem que utilizamos para as reflexões que pretendemos fazer sobre o campo da memória, também entendida, aqui, como fenômeno socialmente construído, a partir dos trabalhos empreendidos por Maurice Halbwachs. Ao defender a ideia de que a memória individual é sempre revestida de uma dimensão coletiva (social), esse discípulo de Durkheim defende que,

[...] quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado por ninguém, sem dúvida durante algum tempo ele “andou só”, na linguagem corrente – mas ele

esteve sozinho apenas em aparência, pois mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade. (HALBWACHS, 2006, p. 42).

Para Halbwachs, a existência dos indivíduos em grupos é um requisito essencial para a construção da memória individual, que seria apenas uma parte da memória coletiva. Para ele, a presença ou a ausência desses grupos de referência do indivíduo seriam condicionantes da permanência ou do esquecimento de uma determinada lembrança. Sendo assim, a rememoração somente se tornaria uma lembrança viva quando ancorada em experiências sociais, a partir da vivência em grupos. Nessa concepção, entre o indivíduo e o grupo de referência existiriam elos de identidade, uma comunhão de pensamentos e experiências. É fato observável o recurso que um indivíduo faz (consciente ou inconscientemente) das lembranças e experiências do grupo, corroborando ou afirmando suas próprias lembranças:

Para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado do ambiente. (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Na perspectiva de Halbwachs, a lembrança se insere na dinâmica de um processo coletivo e o indivíduo encontra-se em contínuo movimento de atualização das lembranças, por diversas vezes a partir da ancoragem que faz no contato com as memórias dos outros. Nessa perspectiva, o contato contínuo com o grupo de referência é condição imprescindível para a capacidade de rememoração e o processo de apego e desapego ao grupo de referência é essencial para compreendermos os episódios de “apagamento” das memórias (amnésias individual ou coletiva), já que “esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam.” (HALBWACHS, 2006, p. 37). Dessa forma, a rememoração não acontece a partir de experiências individuais ou isoladas e sim, retoma e externaliza relações sociais de uma comunidade afetiva.

Cabe aqui uma observação: embora saibamos que há diferenças entre os conceitos de coletivo e social, ao nos referirmos à Memória Coletiva, a partir de Halbwachs, estamos considerando a perspectiva social que a caracteriza e a conforma. Entendemos que, embora dê o título de “Memória Coletiva” à sua obra, Halbwachs a entende como fenômeno pertencente a um processo social (e não somente grupal), “em que indivíduos não são vistos como seres humanos isolados, mas interagindo uns com os outros, ao longo de suas vidas e a partir de estruturas sociais determinadas.” (SANTOS, 2003, p. 33). Neste sentido, há uma perspectiva de universalização de abordagens que são parciais nas análises de Halbwachs, que são objeto de críticas. Para o sociólogo, os “indivíduos se recordam de acordo com estruturas sociais que os antecedem” (idem, p. 34) a partir do que tratará com seu objeto como “quadros sociais”.

Referindo-se, também, às diversas terminologias acrescentadas ao conceito “memória”, Sá (2005, p. 71) explicita sua opção de conferir um “caráter guarda-chuva” exclusivo ao termo memória social, que englobaria as subdivisões como memória coletiva, memórias comuns, memória pública, memória histórica, dentre outras. A justificativa que dá para tal aproximação conceitual é assim mencionada:

Em primeiro lugar, se um domínio de fenômenos – ou de estudos- existe de fato, por mais diversificado que seja, é importante que ele possa ser identificado por uma designação genérica e abrangente. Na perspectiva psicossocial [adotada por Sá, e não por Halbwachs] a adjetivação social parece ser a mais adequada para designar o campo de uma memória na sociedade, embora, para isso se deva destituir o termo de sua caracterização sociológica – o mais das vezes no sentido restritivo de patrimônio ou acervo – como uma memória da sociedade [como em Halbwachs]. Em segundo lugar, observa-se que, de uma forma espontânea e implícita, o termo já vem recebendo essa preferência aglutinadora na literatura sobre a memória em sociedade, quando mais não seja por uma questão de economia verbal, sempre que não se tem querido ou precisado especificar um domínio próprio de mobilização ou circunstâncias específicas de produção, transmissão e esquecimento. [...] Segundo a presente proposta, quando se fala em memória social pode-se estar falando de muitas coisas, não necessariamente muito diferentes, mas distinguíveis entre si, seja em função do seu lócus privilegiado de construção, do momento ou da escala de tempo em que se as considera, de sua natureza funcional ou mesmo material, da especificidade com que se as estuda, e assim por diante. (SÁ, 2005, p. 71-72).

Se Durkheim define a educação como a ação exercida pelas gerações mais antigas sobre os mais jovens e se o objetivo desta é despertar e desenvolver os estados físicos, intelectuais e morais requeridos pela sociedade, esta, por sua vez, pressupõe a necessidade de existência de uma homogeneidade de visões de mundo, de padrões culturais, que somente serão possíveis, em nosso entendimento, pelo compartilhamento de memórias comuns, que possibilitam, em última instância, os processos de identificação que uniriam os indivíduos de uma coletividade.

Em nossa abordagem, a memória será entendida como um fenômeno social, ou seja, como elemento construído coletivamente (por grupos, coletividades, instituições e sociedades), submetido a flutuações, transformações, constantes mudanças. Embora sejam os indivíduos que se lembram, admitimos que a forma como se lembram e o conteúdo do que lembram é socialmente determinado, ou, ao menos, sofre interferências dessa dimensão coletiva (social). Sendo assim, a memória é uma constituição simultânea, mútua e cruzada da memória individual e da memória coletiva. Outro aspecto que lhe atribui uma dimensão coletiva é que a construção, a manutenção e a atualização da memória social, mesmo em suas manifestações mais individualizadas, dependem estritamente da interação social ou da comunicação intergrupal, erudita e/ou de massa.

Desse modo, compreendemos a memória como uma construção. Ela não nos conduz a reconstituir ou recuperar o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões e nas indagações que formulamos e que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos e de nossa perspectiva presente. A memória também tem uma dimensão processual e o que deflagra esse processo são relações, compartilhamento de desejos, crenças e afetos que, em última instância, estabelecem-se pelos “jogos de forças”. Nesses jogos de forças, o lembrar e o esquecer estão em constante disputa, mesmo quando o sujeito que lembra se esquece de quantas são “as lembranças que acreditamos ter conservado fielmente e cuja identidade não nos parece duvidosa, [e no entanto] são também forjadas quase inteiramente sobre falsos reconhecimentos, conforme relatos e testemunhos cuja origem esquecemos.” (HALBWACHS, 2006, p. 93).

Se a evocação da memória está vinculada a um tempo presente, podemos considerar que, mesmo remetendo a uma lembrança do passado, é a necessidade presente que norteia a evocação memorialística. As formas de concepção do passado também são

formas de ação, já que “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações.” (ALBERTI, 2004, p. 33).

As palavras memória e história evocam o mesmo tempo: o passado. A memória e a história desempenham uma função especial para cada um de nós e para as sociedades. Posicionam-nos no fluxo do tempo e nos conferem identidades a partir das quais todas as comunicações são geradas. Contudo, apesar da matéria-prima comum, não se confundem. Maurice Halbwachs também procurou sublinhar as diferenças entre ambas. Suas reflexões podem ser sintetizadas da seguinte forma: a memória coletiva (aqui entendida também como social), não pode se confundir com a história. Ao contrário daquela, a história, para Halbwachs, começa justamente onde acaba a memória que, por sua vez, acaba quando não tem mais um grupo como suporte. Em outras palavras, “a memória é sempre vivida, física ou afetivamente. No instante em que o grupo desaparece, a única forma de salvar as lembranças, para os grupos existentes, são exteriores. Daí fixá-las em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.” (RIBEIRO, 2004, não paginado).

A história, concebida como operação, faz-se através dessa escrita. Para Halbwachs:

[...] se a condição necessária para que haja memória é que o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história e os grupos testemunhas ou autores, outrora, dos fatos que ali são narrados? (HALBWACHS, 2006, p. 71).

Se a história trabalha com rupturas, a memória trabalharia com continuidades. Obviamente devemos considerar que Halbwachs refere-se à história de seu tempo, primeira metade do século XX, baseada ainda no registro dos grandes feitos heroicos, eventos que forjaram os Estados-Nação (daí chamada de *evenemencielle*), que já era também questionada inclusive pelo movimento da Escola dos Annales. Aquela história se pretendia escrita e impessoal e nela as marcas e registros das vivências de grupos, com suas múltiplas construções e configurações, desapareceram para dar lugar a outros, já que a historiografia (memória histórica) não os registrou. Cabe ressaltar também que, já no século XIX, Nietzsche (2005), em suas “Considerações Intempestivas”, já

criticava o regime de historicidade que marcava sua época, chegando a questionar sobre as utilidades e os inconvenientes da História para a vida. Já apontava que os estudos históricos não deveriam somente servir para ratificação de costumes e culturas sedimentadas. Deveriam, ao contrário, promover a ação de quem, por intermédio da observação dos eventos pretéritos, pretendam construir um futuro. Advertia também que o excesso do olhar para o passado poderia fazer-nos esquecer do presente, não percebendo os processos e jogos de forças que atuam nesse processo de reconstrução (e não de resgate) do passado. Dessa forma, o sentido histórico somente seria produtivo para a vida quando movido pelo olhar que aponta e se lança para o devir e para o futuro, quando nos serve de inspiração para retroalimentação de desejos. Segundo nosso entendimento, tal concepção da historicidade em muito se aproxima das reflexões que serão posteriormente feitas pelos que, como Halbwachs, defendem a memória coletiva como forma de superação das cristalizações promovidas pela história.

A perspectiva multidisciplinar dos estudos da memória, bem como as relações entre memória e história são compreendidas em suas especificidades por Afonso Carlos Marques dos Santos, quando propõe algumas reflexões sobre a problemática conceitual entre memória, história e nação. Segundo o historiador, o tema da memória

[...] é terreno fértil para todo tipo de formulação, uma vez que ultrapassa o território específico do historiador, constituindo-se em área de interesse para a sociologia e a psicologia nos seus diversos matizes. Isso para não falar da literatura, na qual a questão da memória é, muitas vezes, a alavanca de obras monumentais, como no caso de Proust e do brasileiro Pedro Nava. Parte do real em movimento, assim como a ideologia, a memória é um fenômeno sempre atual, no qual o passado, mais que reconstituído, é reconstruído num plano afetivo e mágico, em que os valores ilusórios e míticos de um tempo morto podem renascer de forma coerente e verossímil por meio da obra de um grande escritor. [...] À sua maneira os memorialistas refazem o tempo [...] com os instrumentos que o presente vivido lhes permite ter.

[...] A história da história, pensada como história crítica da cultura, tem na relação memória-história um campo amplo e fértil de trabalho. É necessário que exploremos as múltiplas dimensões da memória, a sua magia e seus enraizamentos no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A questão da memória confrontada à questão nacional ressurgiu, portanto, para o historiador, como um campo aberto, no qual o imaginário e o simbólico assumem um papel fundamental. (SANTOS, 2007, p. 94).

Pelo exposto, podemos considerar a complexidade que envolve a tentativa de estabelecer um conceito sobre memória social. Tal conceito, além de complexo, encontra-se em constante processo de construção. Mas, a partir das proposições apresentadas por Gondar (2005), podemos nortear (e embasar) nossas reflexões sobre a multiplicidade de variáveis que incidem em seu processo constitutivo: primeiramente, como um campo transdisciplinar, a memória social é trabalhada por diferentes campos de saberes, numa perspectiva de atravessamento que não pretende somente a reunião de conteúdos, mas a produção de novos efeitos de sentidos entre os diversos saberes envolvidos: “o objeto transdisciplinar não se pretende um somatório; pretende-se novo.” (GONDAR, 2005, p. 14).

Um segundo aspecto a ser considerado é que o conceito de memória social (bem como o de memória institucional, objeto particular de nossos estudos) é ético e político: assim, ao nos posicionarmos sobre o conceito de memória que produzimos no presente, devemos ter os olhos num determinado futuro que almejamos. O olhar para o passado nunca é neutro e, via de regra, “os discursos que almejam a imparcialidade costumam ocultar o olhar, a posição e a vontade de quem os emitem; pretendem, assim, tudo julgar sem correr o risco de serem também julgados.” (GONDAR, 2005, p. 17). Em terceiro lugar, devemos considerar que a memória é uma construção processual. A ideia de processo nos remete à própria noção de percurso, de alteração, “mais do que aquilo que dela resulta; um movimento de tornar-se mais do que a coisa tornada.” (2005, p. 20). Essa ideia de processualidade nos leva ao quarto aspecto considerado por Gondar: a memória não se reduz à representação, já que esta última apaga as marcas das relações de poderes e dos conflitos que culminaram numa dada representação.

Sendo construção, quais seriam os elementos constituintes da memória, tanto individual quanto coletiva? Michel Pollak (1992) identifica três elementos: os acontecimentos, que podem ser vividos pessoalmente ou “por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo indivíduo, grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. A esses acontecimentos “por tabela”, somam-se aqueles que não se situam dentro do espaço-tempo da pessoa ou do grupo, mas ocorre identificação (uma memória herdada), por meio da socialização política ou histórica. O segundo elemento constitutivo da memória são as pessoas ou personagens (também diretamente ou por tabela). Por fim, os lugares (íntimos, privados, ou públicos), serviriam de ancoragem à memória. Dessa forma, é sempre a partir de uma dimensão espaço-



temporal-relacional que a memória se estrutura. Podemos perceber que essas análises de Pollak alinham-se àquelas também empreendidas por Halbwachs, se nos referirmos às produções de memória, e também a Durkheim, se pensarmos no processo de construção de um campo educativo para a viabilização e manutenção de um corpo social. Educação e memória, para esses autores, têm a função de coesão e de manutenção do organismo social.

Outro aspecto constituinte da memória é o que se refere à sua seletividade. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. A memória também é, em parte, herdada, não se referindo apenas à vida física da pessoa. Também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que está sendo expressa. Sendo assim, as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Pollak (1989) já nos mostrou que a memória, quando “enquadrada” pela história, já é resultado (uma representação) de processos de lutas políticas e embates ideológicos e são comuns os conflitos para selecionar as datas e os acontecimentos que serão gravados na memória de um povo.

Esse último elemento da memória, a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento, mostra que ela é um “fenômeno construído”. Quando falamos em construção, em nível individual, queremos dizer que os modos de construção podem ser conscientes ou inconscientes. Dessa forma, Pollak (1992) afirma que, se podemos dizer que em todos os níveis a memória é um fenômeno construído social e individualmente (quando se trata da memória herdada), podemos inferir que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

O conceito de identidade, em nossa perspectiva, está ligado à sua concepção de instrumento que permite uma articulação entre os aspectos psicológico (individual) e social de um indivíduo. Sendo assim, ao nos referirmos à “identidade” (incluindo a ‘identidade institucional’), estamos nos referindo à resultante (e não a um mero resultado) das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social. Para Cucho (2002, p. 177), a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo “conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe social, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”. Há que perceber, ainda, que o conceito de identidade não se aplica somente a indivíduos; pode também ser aplicado à dimensão coletiva, numa relação que

também categoriza a relação eu/ele (nós/eles) a partir dos critérios de semelhança e diferença. Nessa perspectiva e remetendo-nos aos estudos da memória institucional, entendemos que

[...] todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). (CUCHE, 2002, p. 177).

As identidades, entendidas como consequências / resultantes de processos de identificação, são construções elaboradas a partir de relações entre indivíduos e grupos. Dessa forma, elas são construídas e reconstruídas constantemente, a partir das trocas sociais permanentes, em lugares, tempos e contextos específicos e, por isso, consideramos ainda que

[...] não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação. Na medida em que a identidade é sempre a resultante de um processo de identificação no interior de uma situação relacional, na medida também em que ela é relativa, pois pode evoluir se a situação relacional mudar, seria talvez preferível adotar como conceito operatório para a análise o conceito de 'identificação' do que a 'identidade'. (CUCHE, 2002, p. 183).

A partir da perspectiva relacional e processual (em constante construção), concebemos a identidade, ainda amparados em Pollak (1992), como o sentido da imagem de si, para si e para os outros que o sujeito (ou uma instituição) constrói. Isto é, a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na própria representação, mas também para atingir a maneira como quer ser percebida pelos outros. Nessa construção da identidade, há três elementos essenciais: a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. Nesse sentido, não há uma unidade formadora de uma identidade una, mas múltiplos processos que corroboram para um processo maior e mais complexo de identidades e de processos de identificação, seja no âmbito individual ou social.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidades individual e coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante na consolidação do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução e representação de si, para si e para os outros (mesmo que tal consolidação seja sempre provisória e sujeita a mudanças). Dessa forma, a memória social está intimamente ligada aos processos educativos que são implantados pelos grupos sociais, nos mais diversos tempos e lugares. Dito de outra forma e estabelecendo, com isso, um segundo pressuposto teórico na aproximação que fazemos entre educação e memória: consideramos que os processos educativos são mecanismos imprescindíveis para a construção de memórias socialmente compartilhadas.

Referindo-se ao trabalho sobre a memória coletiva, empreendido por Halbwachs, Pollak (1989) nos chama a atenção para a ênfase dada pelo sociólogo à força que os diferentes pontos de referência (quadros sociais de memória) tinham na estruturação da memória, bem como na sua inserção no funcionamento harmônico da coletividade. Nesse sentido, os lugares de memória, ou os bens patrimoniais, as datas ou personagens históricos corroboravam para a sedimentação de lembranças e para uma homogeneidade identitária dos grupos. Na perspectiva metodológica durkheimiana à qual Halbwachs se alinhava, os fatos sociais eram tratados como coisas e, dessa forma, os pontos de referência seriam indicadores da memória coletiva que definia o que era comum ao grupo. Nessa perspectiva, a ênfase era dada “à força quase institucional dessa memória coletiva, buscando nela as possibilidades de duração, continuidade e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 3). A memória coletiva, para Halbwachs, não era vista como imposição, como forma de dominação ou violência simbólica; ao contrário, via nela as forças positivas e imprescindíveis para reforço da coesão social, dos laços de solidariedade, da adesão afetiva ao grupo, culminando na forma mais completa e acabada da memória coletiva, a “memória nacional”.

No entanto, vimos que outras características da memória coletiva, também apontadas por Halbwachs, são as que se referem à seletividade e negociação para a conciliação entre as memórias individuais e as coletivas: sendo assim, torna-se necessário que existam pontos de contato entre os diversos testemunhos e as diversas representações das experiências vivenciadas. Nesse sentido, julgamos pertinente reforçar nossa concepção da importância da educação nesse processo de construção de memórias coletivas.

Podemos inferir que, na condição de seletiva e negociada, a memória coletiva encontra-se num terreno potencialmente problemático. Sua constituição se faz também através de disputas, dissidências, interdições e não somente a partir da comunhão entre os membros de um grupo. Se assim o é, torna-se necessária uma abordagem analítica que vá além daquela empreendida por Halbwachs sem, no entanto, desconsiderarmos o mérito e o valor analítico empreendido por ele, já que sabemos que os conceitos são tentativas de respostas a indagações feitas em contextos históricos específicos.

Pollak (1989, p. 4) salienta que nas últimas décadas foram utilizadas perspectivas numa linha ‘construtivista’, não tratando os fatos sociais apenas como coisas, mais que isso, focando análises na observação de “como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. Ao aplicarmos à memória coletiva essa abordagem analítica, interessar-nos-emos, portanto, pelos “processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (idem). A perspectiva construtivista da memória coletiva trará à tona uma série de possíveis memórias subterrâneas; evidenciará os embates, os silenciamentos, as disputas, as opressões e os não ditos que normalmente caracterizam esse processo constitutivo. Em todas as lembranças existe o que Pollak chama de “zonas de sombra”, os silêncios, os não ditos que constituem o processo mnemônico. No entanto, essas zonas de sombra, os silêncios, o lembrar e o esquecer estão em constante e perpétuo deslocamento. Na linguagem, o dito coexiste ao não dito, já que aquele que enuncia, suscetível às diversas instâncias de poderes (do qual o enunciador também é parte constitutiva do jogo), organiza o enunciado, sua narrativa e seus registros a partir de uma construção discursiva que considera o que pode ser dito, o que não deve ser enunciado, as entonações, as supressões, o que deve ou não ser transmitido ao exterior. A linguagem e as diversas possibilidades enunciativas não são desvinculadas dos usos sociais do poder. Pollak salienta que

[...] a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [em diversos casos] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência

de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. (POLLAK, 1989, p. 8-9).

São também importantes as reflexões propostas por Pollak no que se refere ao trabalho de “enquadramento da memória”. Essas reflexões também servirão para a tentativa de aproximação entre história e memória, a partir do elemento comum que as caracterizam: as múltiplas e sucessivas (re)interpretações de um passado à luz de um presente que suscita questões que demandam respostas. Serão também de grande importância para refletirmos futuramente sobre os diversos embates e enquadramentos que caracterizam a memória institucional, bem como os discursos institucionais, materializados em seus documentos textuais que procuram dirimir as suas contradições ou os seus antagonismos internos.

Já é sabido que a memória e o discurso institucional, após devidamente enquadrados pelos mecanismos institucionais, procuram o consenso e a uniformidade que corroborem a correção da instituição e reforcem o sentimento de vínculo e pertencimento de seus membros. Pollak nos lembra que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9). Nesse sentido, as duas funções essenciais da memória comum seriam a manutenção da coesão interna do grupo e a defesa das fronteiras daquilo que esse grupo, coletividade ou sociedade têm em comum. No entanto, para que tal seja possível, sempre haverá o trabalho anterior de enquadramentos das memórias em disputas que se tornarão, em futuro posterior aos acontecimentos, os fundamentos das condutas que nortearão as representações do grupo social. Esse trabalho de enquadramento tem seus atores profissionalizados, ligados às diversas organizações, grupos ou instituições civis ou políticas. Nesse trabalho de enquadramento, Pollak nos remete novamente ao papel da história. Para ele,

[...] o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de Referências associadas; guiado pela preocupação não

apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas assim como a exigência de justificação [...] limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc. – veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p. 9-10. grifos nossos).

Nesse sentido, há que se ter em consideração uma série de cuidados e pressupostos que considerem o critério de monumentalização de todo documento institucional, que muitas vezes já tem sua produção no intuito de “fazer lembrar-se de” e de “produzir sentidos para”, bem como os elementos analíticos já evidenciados por Becker (2007). Pollak também salienta que há um controle da memória e do dizível, na escolha ou delegação de “testemunhas” ou “porta-vozes” autorizados: “se o controle da memória se estende à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado, nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de “historiadores da casa”. Ainda mais, nessa sucessão de produção e controle de memórias, somos levados à lembrança de que, para “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: os monumentos, os museus, as bibliotecas” (POLLAK, 1989, p. 10). A estes podemos acrescentar os registros oficiais, as atas, os ofícios, os memorandos e tantos outros que constituem os “lugares de memória” das nossas instituições.

Por fim, cabe ressaltar que as memórias coletivas, mesmo que impostas e passíveis de um trabalho de enquadramento, são um ingrediente importante para uma coesão social, para a “perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade” (POLLAK, 1989, p. 10). Entretanto, isso não significa que não haja espaço para tensões, dissidências, releituras e inversão de memórias subterrâneas que se elevam em determinadas conjunturas. Nenhum grupo social, nenhuma instituição, nenhuma coletividade, por mais estáveis que

pareçam ser, têm a garantia de perenidade. O social sempre será o terreno das possíveis alianças, mas também das desavenças, lugar da cooperação, mas também das disputas e antagonismos. E é nesse devir complexo e múltiplo, nessa concepção de história não linear, e, sobretudo, extrapolando a concepção de memória social apenas como elemento homogêneo de ligação ou integração entre os homens é que procuramos nortear nossas reflexões nesse trabalho. Elegemos o historiador Jacques Le Goff para sintetizar boa parte de tudo o que foi dito nas relações que procuramos estabelecer entre história e memória: segundo o historiador, “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 2006, p. 471).

## **2 Estreitando as relações entre história e memória**

Considerando e reconhecendo as diferenças, demarcações e especificidades entre história e memória, já apontamos, nas páginas anteriores, nossa intenção de sairmos da dimensão meramente antagonista que as separa (como referenciado por Halbwachs). No intuito de aprofundarmos, aqui, outra proposta, procuramos, como Joutard (2007), uma possibilidade de reconciliação entre ambas, no sentido da superação de uma oposição já estéril, com vistas a um reforço analítico que somente será possível com a consideração de ambas. Mnemosyne e Clio, nos servirão de suportes analíticos para maior compreensão do fenômeno discursivo institucional que alimenta nossas reflexões.

Joutard (2007) considera que história e memória, embora tenham em comum o fato de representarem o que foi e que não é mais, estabelecem dois tipos distintos de vínculos com o passado, são duas vias paralelas para acesso ao passado, mas que obedecem a lógicas diferentes. A memória tem uma relação direta e afetiva com o passado, já que está ligada à lembrança pessoal de acontecimentos vividos. Fazendo-se, concomitantemente, entre reconhecimentos e esquecimentos, conforme apontado por Paul Ricoeur, a memória é seletiva, concentrando-se sobre alguns fatos. A memória também transforma, consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, “apresentando a tendência particular de embelezar este passado” (JOUTARD, 2007, p. 221). Para tal, a memória recorre também ao simbólico, cria mitos, que “não são visões falsas da realidade, mas uma outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade”. (JOUTARD, 2007, p. 221).

Devemos ressaltar que, no testemunho memorial, há uma precária separação entre o sujeito e o objeto, diferentemente do que podemos esperar quando operamos uma crítica, uma interpretação documental. Entretanto, sabemos que

[...] nesta operação, a diferença não consegue anular a sobredeterminação subjetiva, porque a consciência do historiador não é um receptáculo vazio: as suas perguntas só podem nascer no seio de uma mente já pré-ocupada por uma dada formação histórica e por memórias sociais, coletivas e históricas. Deste modo, a sua problemática, a par do desejo de aceder à verdade, revela, como na anamnese, as preocupações do presente que a formula. Isto explica a condicionalidade inerente a toda a obra historiográfica, em cujos interstícios e não ditos, muitas vezes, se pode surpreender escondida, a vala comum dos marginalizados e esquecidos. (CATROGA, 2001, p. 48).

Mesmo sujeita aos limites da subjetividade daquele que a formula, a história pretende, em tese, operar num distanciamento entre o sujeito e o evento acontecido num passado. A reconstrução desse evento pressupõe, por sua vez, uma série de elementos que caracterizam esse fazer, que se materializa, normalmente, pela escrita. O trabalho do historiador, segundo Michel de Certeau (2002), além de uma construção, é um ofício e o resultado desse trabalho se materializa na historiografia: a história se faz pela e na escrita. Cabe ressaltar que, como a memória, a história também é uma construção. A forma como essa construção se opera define-lhe as características. O historiador, via de regra, não viveu diretamente as experiências do passado as quais procura reconstruir; pode não ter nenhuma ligação próxima ou afetiva com os fatos e, dessa forma, tem com ele uma maior possibilidade de distanciamento. Sendo investigação, a história se faz por intermédio de pistas que caracterizam o 'paradigma indiciário' a que se refere Carlo Ginzburg (1989).

Em trabalho clássico da epistemologia da história, Carr (1985) já apontava que os "fatos históricos" também são socialmente produzidos, já que o historiador não é um ser isolado na construção da história: existem escolhas em disputa pelo que deverá ser registrado e pela forma como tal registro será processado. Tal como aquele que lembra pelo ato mnemônico, o historiador também vê o passado por meio dos seus olhos num determinado presente, à luz dos problemas e indagações que formula. Sendo assim, o historiador, mais do que registrar, avalia e, dessa forma, faz com que o passado não seja uma simples coletânea de eventos mortos, mas, de certa forma, apresente-se vivo, porque



está inserido em reflexões que se processam num presente que lhe sucede e que também definem a forma como o olhar lhe é lançado. Nessa mesma linha epistemológica, Catroga (2001) também nos mostra que a recordação e a historiografia constroem re-presentificações que interrogam os indícios e traços que ficaram de um passado sobre o qual se pretende refletir e, dessa forma, as interrogações que o historiador formula são feitas em “função da sua própria experiência, isto é, das suas retrospectivas e esperanças. E, como esta leitura é feita a partir do presente, recordar e historiar têm a sua outra face em projeções que fazem do passado um mundo de possibilidades.” (CATROGA, 2001, p. 45). Por isso, defende que a historiografia, apesar de falar e se construir em nome de uma pretensa razão, se edifica, voluntária ou involuntariamente, “sobre silêncios e recalcamientos, como a história da história tem sobejamente demonstrado” (2001, p. 45).

A história, ao se constituir como campo científico e disciplina no século XIX, voltou-se contra a memória, por sua natureza fluida, ser pouco confiável, subjetiva e múltipla e porque, à época, concebida somente em sua dimensão individualizada. Caberia ao historiador a uniformização, hierarquização e classificação dos fatos importantes, a fim de livrá-los do esquecimento, inimigo mortal dessa história. O historiador deveria valer-se de todas as fontes disponíveis, mantendo um vínculo particular com a escrita em detrimento da oralidade, o que levou cada vez mais à valorização dos arquivos como lugares de registros documentais que expressarão, num futuro incerto, a “verdade” a ser apreendida, a posteriori, pelo historiador. À desconfiança da infidelidade potencial da memória, opunha-se a ideia de uma verdade a ser alcançada pela história. No século XIX e início do XX, a história, triunfante sobre a memória, ocupava todo o espaço de relação com o passado, conferindo-lhe uma “ressurreição integral” (JOUTARD, 2007, p. 226). Vinculando-se ao poder político dos Estados-Nação que se conformavam ou se consolidavam, a história-memória-nação foi um poderoso elemento de homogeneização das diferenças internas, aspecto imprescindível à construção das identidades nacionais. Entretanto, essa história-nação

[...] possuía numerosas características da memória, a começar pela sua faculdade de esquecimento e de deformação, e isto em relação estreita com a identidade a que deve servir. [...] Esta história é como a memória maniqueísta, com os bons e os maus, e unanimista: as minorias e os vencidos não têm direito à cidadania. Por si só, essa história-memória mereceria uma análise. (JOUTARD, 2007, p. 227).

Foi a partir das experiências brutais da I Grande Guerra (1914-1918) e das consequências traumáticas que esta lançou sobre as nações europeias, que essa história-memória-nacional começou a ser fortemente contestada. O movimento dos Annales, acusando a história clássica de “negligenciar a maior parte das realidades humanas” (JOUTARD, 2007, p. 227) se aproxima da antropologia e das demais ciências sociais, trazendo para a cena atores “até então ignorados por serem mais modestos e menos visíveis” (2007, p. 228). A história tradicional servia às elites. Seria necessária outra história que considerasse a história da maioria: os operários, emigrantes, camponeses, mulheres, minorias étnicas etc. Tal corrente foi reforçada após a II Guerra e, particularmente, após a década de 1960, com o advento da ‘história oral”, que seria uma nova forma de aproximação entre a história e a memória. O desenvolvimento da história oral

[...] está diretamente relacionado com esses movimentos das sociedades convergentes, ou dito de outra forma, uma história mais democrática, uma história dos excluídos da história, o retorno à raiz. Esses grupos têm pouco acesso à escrita, e a enquete oral permite-lhes dar a palavra [já que] os documentos escritos tradicionais são incapazes de dar conta das grandes catástrofes humanas do século, no que elas têm de indizível, a violência e desumanização absolutas. (JOUTARD, 2007, p. 228).

A partir dessa perspectiva, o tempo da história é substituído pelo tempo da memória, “que rejeita não apenas a história-memória nacional, mas desvaloriza toda forma de história por sua ligação com o poder” (2007, p. 228).

No período pós-guerra, e mais acentuadamente a partir da década de 1960, o desejo da memória foi se opondo à vontade de uniformização e do esquecimento pretendido por grupos, política e economicamente hegemônicos. Nesse contexto, os historiadores “se viram instigados a renunciar à sua divulgada neutralidade, para impedir esse passado recusado ou repellido de cair no esquecimento, para estabelecer a entidade dos massacres” (AYMARD, 2003, p. 15). Neste período de efervescência cultural e política, ainda segundo Aymard,

[...] a história encontrou-se reinvestida de uma função crítica no seio da sociedade. As guerras da primeira metade do século XX (com os monumentos aos mortos), os movimentos de resistência ou independência nacional, as diferentes revoluções ou insurreições (bem-sucedidas ou frustradas) haviam habituado os historiadores ao terreno

tranquilo da memória partilhada: tiveram que aprender a se movimentar sobre o terreno infinitamente mais difícil da memória contestada. (AYMARD, 2003, p. 15).

Entretanto, mesmo se considerarmos as produções decorrentes da história oral, na sua intenção de dar voz aos silenciados e marginalizados, devemos levar em conta que, como construção, a história sempre estabelece relações com o esquecimento, com a subjetividade e com as filiações ideológicas do historiador; e ainda, com as restrições institucionais que também configuram o ‘não-dito’ a que se refere Michel de Certeau (2002) ao evocar as articulações entre a produção de saberes e ideias com a pretensa objetividade (e neutralidade) da história, bem como com as relações entre estes e os lugares sociais dos quais são partes constituintes. Para Certeau,

[...] é um mesmo movimento que organiza a sociedade e as ideias que nela circulam [...]. Em história, é abstrata toda ‘doutrina’ que recalca sua relação com a sociedade. Ela nega aquilo em função de que se elabora. Sofre, então, os efeitos de distorção devidos à eliminação daquilo que a situa de fato, sem que ela o diga ou o saiba: o poder que tem sua lógica; o lugar que sustenta e ‘mantém’ uma disciplina no seu desdobramento em obras sucessivas etc. O discurso ‘científico’ que não fala de sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da história. Não se poderia tratar dela sem questionar o próprio discurso historiográfico. [...] O enquadramento das pesquisas por alguns doutores que alcançaram os postos superiores do professorado e que decidem carreiras universitárias; a imposição exercida pelo tabu social da tese monumental; o laço entre a frágil influência da teoria marxista e o recrutamento social do pessoal erudito, possuidor de cátedras e de presidências; os efeitos de uma instituição fortemente hierarquizada e centralizada sobre a evolução científica da história [...] Entre muitos outros, estes traços remetem o ‘estatuto de uma ciência’ a uma situação social que é o seu não-dito. (CERTEAU, 2002, p. 70-71).

Na qualidade de produção coletiva, porque sempre institucional e mediada por instâncias de poderes, o discurso histórico sempre remete a um “nós” que o legitima e lhe atribui o status de um trabalho ‘historiográfico’. Segundo Certeau,

[...] o nós do autor remete a uma convenção. No texto, ele é a encenação de um contrato social ‘entre nós’. É um sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso. Um ‘nós’ se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor. Por aí se verifica a prioridade do discurso histórico

em cada obra historiográfica particular. A mediação deste 'nós' elimina a alternativa que atribuiria a história ou a um indivíduo (o autor, sua filosofia pessoal etc) ou a um sujeito global (o tempo, a sociedade etc). Substitui a estas pretensões subjetivas ou a estas generalidades edificantes a positividade de um lugar onde o discurso se articula, sem, entretanto, reduzir-se a ele. (CERTEAU, 2002, p. 71-72).

Elemento importante também a ser considerado é a destinação do trabalho do historiador. A quem este procura atingir com seu trabalho? Que critérios de validação precisaria seguir para que seu trabalho seja considerado "historiográfico"? A que produções de sentidos seu trabalho deve alinhar-se? A quem se refere os historiadores (e também os demais pesquisadores e cientistas vinculados às diversas instituições) quando constroem seus trabalhos e enunciados na primeira pessoa do plural? Segundo Certeau,

[...] ao 'nós' do autor corresponde aquele dos verdadeiros leitores. O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Como o aluno de outrora falava à classe tendo por detrás dele o seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus 'pares' e seus 'colegas', que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma 'polícia' do trabalho. Não 'recebido' pelo grupo, o livro cairá na categoria de 'vulgarização' que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como 'historiográfico'. Ser-lhe-á necessário o ser 'acreditado' para aceder à enunciação historiográfica. O estatuto dos indivíduos que têm – e somente eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante depende de uma 'agregação' que classifica o 'eu' do escritor no 'nós' de um trabalho coletivo, ou que habilita um locutor a falar o discurso historiográfico. Este discurso – e o grupo que o produz – faz o historiador, mesmo que a ideologia atomista de uma profissão 'liberal' mantenha a ficção do sujeito autor e deixe acreditar que a pesquisa individual constrói a história. (CERTEAU, 2002, p. 71-72).

Por essas considerações pode-se estabelecer uma aproximação entre a construção / produção da memória na perspectiva coletiva de Halbwachs (e de autores como Michel Pollak) com este fazer da história, processo também coletivo, porque institucional, analisado por autores como Certeau, Carr e Catroga. Memória e história são

construtos sociais, mesmo que aparentemente definidas e construídas pelas subjetividades dos indivíduos, já que estes passam sua existência em grupos, coletividades, subordinados a instituições, permeados e atravessados por ideologias, num complexo processo de construções identitárias. Reforçando tal concepção, valemo-nos ainda de Carr (1985, p. 41) ao afirmar que “antes de estudar a história, estude o historiador [e] antes de estudar o historiador, estude seu meio histórico e social”. Por isso, para uma melhor compreensão dos fenômenos ocorridos no passado, consideramos imprescindível a ultrapassagem dessa relação que privilegia sobremaneira as características antagônicas entre história e memória, desconsiderando o quanto podem ser úteis uma à outra, quando bem demarcadas suas características e especificidades. Mesmo porque,

[...] só a partir de uma concepção cientificista se pode aceitar esta radical separação entre a memória e a historiografia. Assim, se é verdade que a história vivida se distingue da história escrita [como defendeu Halbwachs], o certo é que outras características apresentadas como típicas da memória (seleção, finalismo, presentismo, verosimilhança, representação), também se encontram no trabalho historiográfico, dado que, hoje, este não se cinge à busca de explicações por causalidade eficiente, e a visão linear, acumulativa, homogênea e universalista do próprio progresso dos conhecimentos sobre o passado é contestada. Afinal, a historiografia contemporânea também opera com uma perspectiva não contínua de tempo e reconhece a impossibilidade de se aceitar o vazio entre o sujeito-historiador e o seu objeto, o que matiza as pretensões à verdade total e definitiva, meta ilusoriamente defendida por paradigmas ainda imbuídos de positivismo. (CATROGA, 2001, p. 40).

Em trabalhos que se valem de depoimentos orais e de natureza memorialística, não raro o pesquisador se depara com narradores que, considerando-se memórias vivas e oculares dos eventos, se autodelegam o status de testemunha cuja palavra remete à “verdade” dos acontecimentos. Por outro lado, não raramente também aqueles que vivenciaram os fatos e deles tiveram experiências reais, efetivamente vividas, deparam-se com historiadores ou pesquisadores que, valendo-se do status de “cientistas” procuram “objetivar” suas narrativas, impregnadas de subjetividade, e por isso, passíveis de uma série de equívocos. Como conciliar tais perspectivas, que precisam convergir para terem real eficácia em nossas pesquisas, já que é sabido que tanto a memória quanto a história têm seus mecanismos de censura, deslizos, apagamentos, enquadramentos, subjetividades, ligações com

instituições, pessoas e lugares? Se há tantas memórias quanto grupos existam, na perspectiva de Halbwachs, também é fato que um trabalho historiográfico (como grande parte dos trabalhos ‘científicos’) não esgota a realidade, já que haverá sempre parcialidade, será sempre produto de escolhas e apresentará limitações analíticas e interpretativas diante da multiplicidade de variáveis que compõem um único fenômeno analisado.

Ainda segundo Joutard, devemos buscar um reforço mútuo da memória e da história. E para tal, almejamos a reconciliação (sem supressão das diferenças) entre ambas: “a reconciliação começa com este mútuo reconhecimento dos limites da memória e da história: investir-se, uma e outra, de modéstia, e saber que suas aproximações do passado são parciais” (JOUTARD, 2007, p. 233).

Nunca a história se encontrou tão lida, revisitada, discutida, combatida, reescrita e contestada como em nossos dias. São múltiplos os atores que reivindicam, a partir de suas memórias coletivas e sociais, uma nova história que registre suas existências. Nunca também a história esteve tão associada à questão das construções identitárias em suas dimensões individual e coletiva. Essa história, no entanto, “deve-se aceitar, hoje, e, sem dúvida, duravelmente, como plural e ligada, através de uma reescrita permanente, a uma multiplicidade de memórias. Toda narrativa histórica será então escolha, relativa e temporária.” (AYMARD, 2003, p. 20).

Se é sempre possível relativizar uma memória submetida à crítica histórica, também são possíveis novas concepções historiográficas a partir do constante recurso à memória, nas suas diversas nuances e na multiplicidade de fontes e vozes que relativizam a tendência ao determinismo que tanto caracterizou a história na sua vertente tradicional. Memória e história como construções sociais operadas constantemente entre as teias e os jogos estabelecidos entre a lembrança e o esquecimento, entre o registro e o apagamento. Apoiando-nos também em Bourdieu (2001, p. 37), ao referir-se ao trabalho de construção de uma pesquisa, salientamos que a história, na concepção aqui adotada, pretende não a elucidação de uma verdade oculta, mas, sobretudo, “[...] compreender porque se compreende e como se compreende” a partir de elementos que remontam a eventos diversos de um passado institucional. Tal prerrogativa, ainda segundo Bourdieu, é elemento imprescindível para “[...] se não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto” (2001, p. 37), já que o pré-construído está em toda parte, inclusive na pretensa objetividade das organizações sociais.

## Referências

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2004.
- AYMARD, Maurice. **História e memória**: construção, desconstrução e reconstrução. Revista Tempo Brasileiro. Horizontes da Memória. Rio de Janeiro, n. 153, abr.-jun. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARR, E. H. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Portugal, Coimbra: Quarteto, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: SP, EDUSC, 2002.
- DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JOURTARD, Philippe. Reconciliar história e memória? Escritos Um: **Revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2007.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992.
- \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1989.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. **Nos jardins do tempo**: memória e história na perspectiva de Pierre Nora. História e-história. Campinas, São

Paulo, UNICAMP, ago.2004. Disponível <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=11>. Acesso 15 mar. 2011.

SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil. **Ensaio de história e cultura**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.